



Transição Agroecológica e  
Cooperação Internacional na África Ocidental:

## APELO POR AÇÃO URGENTE

Documento escrito por  
*AZIONE TERRÆ: coalizão para a transição agroecológica*



Dezembro de 2025

## AZIONE TERRÆ: a coalizão para a transiçã agroecológica é composta por:



E é apoiada por:



## PREÂMBULO

**Este documento é o resultado de um percurso de reflexão conduzido pela Azione TerrÆ**, uma coalizão de organizações italianas e europeias que reúne organizações da sociedade civil (OSC) ativas na cooperação internacional (ACRA, COSPE, CISV, Deafal, LVIA, Mani Tese e Terra Nuova), com várias décadas de experiência na África Ocidental, bem como uma rede da sociedade civil italiana (Rete Semi Rurali) e uma rede europeia que inclui importantes universidades e centros de investigação (Agroecology Europe), empenhados na investigação e na advocacy a favor da transição agroecológica.

A segunda edição deste documento, elaborada cinco anos após a primeira versão, constitui uma oportunidade de diálogo a vários níveis sobre a evolução do contexto, das ferramentas e das oportunidades para acelerar os processos de transição agroecológica apoiados pelos sistemas de cooperação internacional.

**Trata-se de uma contribuição** para repensar a cooperação internacional numa das regiões mais críticas do planeta, que desejamos partilhar com todas as pessoas, associações e instituições que trabalham sobre estes temas.

**É também um apelo renovado a uma ação urgente e coordenada**, proporcionado à gravidade e à complexidade da crise atual e dirigido às agências de cooperação internacional e a todos os atores que operam na região.

**Por fim, é um convite a mobilizar e a otimizar os recursos** de todos para apoiar respostas imediatas e eficazes, numa perspetiva sistémica e de longo prazo.



## SUMÁRIO

### Sumàrio

E é apoiada por:.....	1
SUMÁRIO .....	3
1. UM CENÁRIO DE CRISE .....	4
2. AS RESPOSTAS DA AGROECOLOGIA.....	6
3. TEMAS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE AÇÃO .....	9
3.1 A Terra .....	9
3.2 As Sementes .....	10
3.3 Os Mercados.....	11
3.4 Os Serviços.....	12
3.5 As Mulheres.....	13
3.6 Os Jovens .....	14
4. PROGRAMAS, ACTORES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	15
4.1 A evolução do “Sistema Itália” da cooperação: oportunidades, limites e contradições .....	15
4.2 Acelerar a transição agroecológica desenvolvendo linhas de trabalho prioritárias .....	18
4.3 Propostas de programas para a transição agroecológica.....	20
5. CONCLUSÃO.....	21
BIBLIOGRAFIA .....	22
NOTAS.....	24



## 1. UM CENÁRIO DE CRISE

**A África Ocidental, em particular na sua faixa saheliana, é há muito tempo palco de uma crise gravíssima**, onde o entrelaçamento dos grandes desafios globais do nosso tempo - alterações climáticas, desequilíbrios económicos, sociais e demográficos, violações de direitos - geram uma espiral de escassez de oportunidades de trabalho e de rendimento, insegurança alimentar, migrações internacionais e internas. Enquanto o reconhecimento do papel das mulheres e dos seus direitos ainda tem dificuldade em afirmar-se, a falta de perspetivas para os jovens - hoje maioritários na população - continua a agravar-se. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento da coesão social alimenta os conflitos, facilitando a entrada de grupos armados em áreas caracterizadas por um controlo estatal limitado.

**Nos últimos anos, estas dinâmicas intensificaram-se fortemente**, chegando, em alguns países, a um ponto de rutura do quadro institucional. É um cenário que se cruza com uma África em evolução, entre processos contraditórios de desglobalização e progressivo enfraquecimento das instituições multilaterais e da integração regional, e novos percursos de envolvimento geopolítico<sup>1</sup> e de cooperação<sup>2</sup>. Com um Ocidente em crise de credibilidade, que procura adaptar as suas estratégias - através do Plano de Desenvolvimento do G7 para a África<sup>3</sup>, do Plano Mattei para a África, do plano de investimentos Global Gateway da UE - enquanto assiste à afirmação progressiva do papel da Rússia, da China e da Turquia.

Neste contexto, **a cooperação internacional ainda dispõe de recursos financeiros relevantes, mas não de uma estratégia coerente capaz de responder a estes desafios**. Condicionada por prioridades geopolíticas diferentes e por vezes divergentes, pela militarização das respostas aos conflitos e por uma lógica transaccional e geopolítica<sup>4</sup> que restringe o foco na redução das desigualdades<sup>5</sup>, produz respostas incoerentes e ineficazes. É o caso, por exemplo, do Fundo Fiduciário de Emergência da UE para a África: cinco mil milhões de euros gastos desde 2015 para conter a migração irregular intervindo sobre crises humanitárias. No entanto, o fundo tornou-se alvo de críticas cruzadas da sociedade civil e do Tribunal de Contas Europeu, quer pela ineficiência no uso dos recursos, quer por ter também financiado atores responsáveis por violações de direitos humanos.

Entretanto, diante de todos, **está em curso uma mudança de época ligada aos fluxos migratórios internos que, em poucas décadas, irão inverter a relação entre população urbana e rural**. A maioria da população ainda vive nas áreas rurais, mas dispõe de recursos e oportunidades cada vez mais limitados para produzir alimentos e gerar rendimentos. Por um lado, amplia-se em larga escala a

expropriação das terras comuns para uso agroenergético. Por outro, o crescimento da classe média urbana impulsiona o aumento da procura de produtos alimentares transformados e industriais provenientes do exterior, acelerando o afastamento das dietas tradicionais, dos produtos e dos mercados locais. O aumento dos preços dos géneros alimentares que daí resulta, favorece o consumo de calorias de baixo custo, mas pouco nutritivas, como cereais refinados e alimentos processados importados, contribuindo para a difusão da **“dupla malnutrição”**: carências vitamínicas e atrasos no crescimento infantil coexistem com obesidade e doenças crónicas associadas a dietas desequilibradas. A perda de biodiversidade alimentar e de saberes locais agrava ainda mais a insegurança, criando um círculo vicioso entre crise ambiental, empobrecimento dietético e vulnerabilidade socioeconómica.

Ao mesmo tempo, **o desenvolvimento impulsionado pela dinâmica demográfica e a aceleração das mudanças socioeconómicas nas cidades tornam-se uma oportunidade para melhorar as interconexões entre sistemas rurais e urbanos**. Este contexto permite conceber políticas e instrumentos inovadores capazes de responder aos desafios de um desenvolvimento equitativo e sustentável, horizonte indicado também pela Agenda 2030 das Nações Unidas.

O caminho a seguir é aquele que as organizações camponesas africanas vêm defendendo há muito tempo: **“a África pode alimentar-se a si própria”**. Com as suas cadeias de valor pode produzir, transformar e comercializar até 80% dos alimentos necessários a partir de produtos regionais como cereais, oleaginosas, raízes e tubérculos, leguminosas, óleo e açúcar<sup>6</sup>.

Abandonando qualquer vestígio ou tentação neocolonial, a cooperação internacional tem o dever de seguir este caminho indicado e liderado pela própria África. Partindo do reconhecimento de que, nas áreas urbanas e rurais, **a relação das populações africanas com a sua terra é a chave de uma resposta sistémica** capaz de articular os vários fronts da crise. Essa abordagem sustenta trajetórias duráveis de desenvolvimento e alternativas às migrações forçadas, começando pelas internas. Para esta mudança de rumo, é necessário libertar **todos os recursos locais**, muitas vezes sufocados pelos nossos modos de fazer cooperação, **e romper com práticas que favorecem a desconexão dos mercados urbanos do sistema rural**. Essa situação aumenta a dependência das importações, com impactos negativos na alimentação, nas oportunidades de emprego para os jovens, na redução da pobreza e da desigualdade socioeconómica, no acesso a direitos e - como consequência última - no crescimento e difusão dos conflitos em toda a região.

## 2. AS RESPOSTAS DA AGROECOLOGIA

**A Agroecologia é uma abordagem integrada** que aplica conceitos e princípios ecológicos e sociais à gestão e ao desenho dos sistemas agroalimentares, promovendo **processos de transição para modelos sustentáveis e equitativos**. Do ponto de **vista ambiental**, apoia trajetórias centradas no desenvolvimento da biodiversidade e nas interações funcionais entre plantas, animais e pessoas, de modo a reduzir ao mínimo a necessidade de insumos externos<sup>7</sup>.

**A Agroecologia promove a cooperação entre produtoras e produtores, sociedade civil, investigação e instituições** para concretizar ações diretas sustentadas por políticas públicas adequadas. Para isso recorre a instrumentos participativos orientados para a co-criação de conhecimentos entre o mundo camponês e a comunidade científica. É uma abordagem em constante evolução, à medida que variam fatores internos e externos, e requer experimentação contínua para identificar as soluções mais eficazes com o contributo de todos os atores do sistema alimentar. A Agroecologia visa produzir um conjunto complexo de bens e serviços que melhorem a qualidade ambiental e a saúde das pessoas, das plantas e dos animais, diversificando ao mesmo tempo as oportunidades de rendimento.

**Nos últimos anos, a Agroecologia beneficiou de um reconhecimento crescente a nível internacional**, com efeitos positivos cientificamente demonstrados também no plano socioeconómico<sup>8</sup> e, em 2019, **foi integrada pela FAO como estratégia-chave no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030**. Entendida como abordagem integrada, e não como um conjunto de práticas isoladas, a agroecologia é considerada mais eficaz para a construção de sistemas alimentares territoriais resilientes do que modelos mais setoriais e orientados pelo mercado como a agricultura “climaticamente inteligente”, as soluções baseadas na natureza ou outras opções centradas no armazenamento de carbono nos solos como o Net Zero. Estes modelos, por sua vez, não integram a dimensão sociopolítica necessária à transformação dos sistemas alimentares<sup>9</sup>.

**Na África Ocidental, a Agroecologia é promovida por importantes redes regionais e internacionais**, como a ROPPA (*Rede das Organizações Camponesas e de Produtores Agrícolas da África Ocidental*<sup>10</sup>), e a 3AO (*Alliance for Agroecology in West Africa*)<sup>11</sup>, plataforma de coordenação entre organizações camponesas, institutos de investigação e universidades, ONG internacionais e movimentos sociais criada em 2018 em Dakar. A estas juntam-se plataformas nacionais como a DYTAES no Senegal, a Raya Karkara no Níger, bem como as articulações nacionais das organizações regionais.



Graças à sua abordagem sistémica e à sua capacidade de mobilização multi-atores, a Agroecologia pode promover, também na África Ocidental e no Sahel, economias da alimentação e da gestão dos recursos naturais inclusivas, sustentáveis e resilientes, baseadas na plena valorização e desenvolvimento de todos os recursos locais. Pode assim contribuir de forma importante para superar a crise que atravessa a região, **implementando estratégias adequadas às condições específicas dos contextos. Essas estratégias** privilegiam as empresas familiares e camponesas, valorizando o papel das mulheres e dos jovens, reforçando formas associativas que garantam participação e representação de todos os atores, e, ao mesmo tempo, promovem o diálogo com as instituições, a começar pelas do território local. Nesta perspetiva, **o objetivo é promover políticas públicas coerentes e eficazes sobre temas prioritários como:**

- a) A distribuição e o acesso aos recursos primários;
- b) A abordagem ecossistémica e territorial;
- c) A proteção da biodiversidade, do património de sementes tradicionais e da propriedade intelectual associada;
- d) O reconhecimento dos saberes camponeses;
- e) A proteção comercial dos produtos locais e a promoção de mercados de proximidade;
- f) A valorização da agricultura também nas áreas urbanas e periurbanas;
- g) O desenvolvimento da investigação e dos investimentos necessários para sustentar a transição em curso.

**Azione TerrÆ nasceu há cinco anos por iniciativa de um grupo de organizações da sociedade civil que escolheu aliar-se** para reforçar e ampliar o impacto do seu compromisso neste processo. A Coalizão persegue um duplo objetivo: unir forças e promover a colaboração com as agências de cooperação internacional e com todos os atores empenhados na transição agroecológica. O propósito é otimizar os recursos disponíveis para apoiar respostas imediatas à crise dos sistemas agroalimentares na África Ocidental, numa perspetiva sistémica e de longo prazo.

As organizações fundadoras assinaram um **Memorando de Entendimento** que as compromete com objetivos comuns no âmbito de orientações estratégicas partilhadas, bem como um **Regulamento** que define o sistema de governação da Coalizão e as modalidades de gestão de programas, projetos e iniciativas de advocacy<sup>12</sup>. Nos seus primeiros cinco anos de atividade, a Coalizão traduziu estes



compromissos em ações concretas, implementando programas, ferramentas de análise da transição agroecológica e atividades de advocacy. Entre elas, destacam-se:

- **A cartografia dos processos locais de transição agroecológica e dos seus protagonistas**, concebida como um exercício original de aprendizagem a partir da realidade<sup>13</sup>;
- **A análise da coerência das intervenções da cooperação internacional**, através da aplicação de metodologias inovadoras como o Agroecology Assessment Framework (Agroecology Coalition) e o OASIS (Agroecology Europe);
- **A formação de facilitadoras e facilitadores agroecológicos**, na África Ocidental e em Itália, por meio de cursos organizados com o CISAO (Centro Interdepartamental de Investigação e Cooperação Técnico-Científica com a África da Universidade de Turim) e o CIHEAM (Centro Internacional de Altos Estudos Agronómicos Mediterrânicos), bem como webinars para facilitar a participação alargada na África Ocidental;
- Projetos de Cooperação internacional e de Educação para a Cidadania Global realizados em diferentes contextos: **projetos cofinanciados** ou atribuídos pela **AICS** às organizações da Coalizão; **programas em consórcio** no Senegal, Níger, Guiné-Conacri e Burkina Faso apoiados pela AICS, pela UE e por fundações bancárias; iniciativas de cooperação descentralizada e de cooperação universitária.<sup>14</sup>

**As mesas de trabalho da Coalizão** estão hoje ativas no Senegal, no Burkina Faso e no Níger, e em fase de arranque noutros países da África Ocidental. Em Itália, foram desenvolvidos percursos de advocacy e foi promovido o diálogo com o sistema da cooperação italiana, com a FAO e o IFAD, além de fundações, universidades e administrações locais.



### 3. TEMAS ESTRATÉGICOS E LINHAS DE AÇÃO

#### 3.1 A Terra

**Para os povos da África Ocidental a terra é vida**, ligação às raízes, alimento e meio de produção, fonte de serviços essenciais e base de resiliência. Hoje, porém, **é um recurso cada vez mais raro**. Isso se deve por um lado, às alterações climáticas e à difusão de práticas produtivas insustentáveis; por outro, ao efeito combinado da fragmentação das explorações ligada ao crescimento demográfico e da sua concentração, associada ao fenómeno crescente de land grabbing para fins energéticos e outros usos especulativos. O entrelaçamento destes fatores agrava as condições de vida dos grupos sociais mais frágeis e vulneráveis, acentuando as desigualdades de acesso e a insegurança dos direitos fundiários, e alimenta os fluxos migratórios para as áreas urbanas.

A Agroecologia enfrenta estas dinâmicas como fatores de criticidade de um único sistema socioambiental, desenvolvendo de forma integrada as seguintes **linhas de ação**:

- a) **A recuperação e a gestão sustentável dos recursos naturais — solos, florestas e água — bem como dos sistemas agro-silvo-pastoris**, para desenvolver economias locais integradas e multifuncionais nos setores da agricultura, pecuária, recolha de plantas espontâneas, pesca e fornecimento de serviços ecossistémicos;
- b) **O desenvolvimento de instrumentos de governação da terra e da água inclusivos e responsáveis**, com particular ênfase nas modalidades de gestão comunitária<sup>15</sup>;
- c) **A monitorização das criticidades geradas pelos fenómenos de land grabbing**;
- d) **A construção de capacidades para gerir e resolver conflitos ligados aos recursos naturais**, inclusive ao longo dos eixos de transumância interestatal, apoiando políticas, leis e comissões fundiárias favoráveis à inclusão e à paz.

### 3.2 As Sementes

**Desenvolver modelos descentralizados e participativos de investigação e divulgação, incluindo também o melhoramento genético, é fundamental para sustentar a resiliência dos sistemas agroalimentares num contexto de variabilidade climática imprevisível à escala local.** É, portanto, necessário promover uma mudança de paradigma nos sistemas de investigação e extensão agrícola, acompanhada pela evolução das políticas públicas que apoiam estes processos. **A questão da agrobiodiversidade deve tornar-se central nos projetos de desenvolvimento rural,** conforme já estabelecem acordos internacionais, a começar pelo Tratado Internacional da FAO sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (ITPGRFA)<sup>16</sup>.

Em particular, **os temas do uso sustentável da agrobiodiversidade (artigo 6) e dos direitos dos agricultores (artigo 9) devem ser considerados eixos estruturantes para orientar as políticas de desenvolvimento agrícola e de cooperação.** Neste sentido, um reforço das trocas entre a Europa e os países da África Ocidental seria desejável e necessário.

A concretização destes princípios requer um desenvolvimento coerente das seguintes linhas de ação:

- a) **Garantir a plena implementação do Tratado ITPGRFA nos países em que se desenvolvem iniciativas de cooperação internacional;**
- b) **Participar no diálogo entre instituições e sociedade civil para promover sistemas locais<sup>17</sup> e diversificados de sementes, através de soluções de baixo custo, adequadas, acessíveis e inclusivas;**
- c) **Promover a gestão comunitária das sementes, nomeadamente através do desenvolvimento de bancos comunitários de sementes (*Community Seed Banks*)<sup>18</sup>;**
- d) **Apoiar processos de investigação e valorização da agrobiodiversidade baseados na inter-relação entre diversidade, dieta e nutrição, a partir das Espécies Negligenciadas e Subutilizadas (NUS)<sup>19</sup>;**
- e) **Promover momentos de troca sobre políticas regionais e internacionais relativas à gestão da agrobiodiversidade;**
- f) **Desenvolver programas de formação adequados, dirigidos a todos os atores envolvidos, para apoiar a implementação coerente destas linhas de ação nas políticas e nos programas e projetos.**

### 3.3 Os Mercados

Para aproveitar das oportunidades oferecidas por uma produção variada e diversificada de bens, as empresas familiares, cooperativas e organizações camponesas devem poder aceder a mercados e a quadros de troca que consigam governar, e não apenas sofrer. Os **mercados territoriais<sup>20</sup>, ligados aos sistemas agrícolas locais, regionais e nacionais, desempenham aqui um papel fundamental**. Não só porque reduzem a vulnerabilidade associada à volatilidade dos mercados globais e garantem valor acrescentado nas mãos dos atores da economia rural, mas também porque favorecem a troca de informações e conhecimentos sobre produtos e alimentação, o desenvolvimento de relações sociais e o envolvimento das mulheres.

Numa perspetiva agroecológica, quer se trate de **mercados rurais** - incluindo os que atravessam fronteiras entre vários Estados - quer de **mercados urbanos**, que desempenham um papel de ligação entre campo e cidade, são os **mercados territoriais que devem constituir a referência, através do desenvolvimento das seguintes linhas de ação:**

- a) **Inquéritos qualitativos e quantitativos sobre as produções das empresas familiares e das associações camponesas**, valorizando ferramentas existentes, como a metodologia de investigação participativa nas empresas familiares promovida pela ROPPA<sup>21</sup>;
- b) **A análise e o reforço do potencial de acesso a mercados nacionais e internacionais de certos produtos provenientes de sistemas agroecológicos**, com elevado valor acrescentado para a economia das comunidades;
- c) **O desenvolvimento de relações diretas entre produtores e consumidores**, através de uma pluralidade de iniciativas capazes de responder a públicos e necessidades diversificados;
- d) **Acordos entre redes de produtores e instituições**, no quadro das políticas de proteção social, para o fornecimento de refeições a escolas, lares, estabelecimentos prisionais e hospitais;
- e) **O apoio aos municípios para a adaptação das infraestruturas e dos serviços presentes nos mercados.**

### 3.4 Os Serviços

A transição agroecológica necessita de serviços inovadores destinados a apoiar produtoras e produtores, visando reduzir o uso de insumos externos e criar novas oportunidades profissionais para os jovens. Para tal, são necessárias **atividades de investigação e formação adaptadas às novas exigências**, nomeadamente para reforçar a função terciária da agricultura através de serviços educativos e recreativos abertos tanto a operadores privados como a organizações camponesas. É igualmente indispensável desenvolver sistemas de certificação inovadores e contextualizados, capazes de valorizar e documentar o valor acrescentado dos sistemas agroecológicos.

A Itália, graças à sua vocação em matéria de agrobiodiversidade e valorização de produtos de qualidade, pode dar um contributo significativo para desenvolver as seguintes linhas de ação:

- a) **Atividades de investigação participativa para conceber serviços inovadores** para a Agroecologia, baseadas na análise e monitorização dos agroecossistemas locais;
- b) **Apoio à criação de serviços para a Agroecologia de natureza informativa**, seguradora, de crédito, de mecanização e de transformação, bem como para a produção de insumos ecocompatíveis destinados à fertilização e à proteção de plantas e animais;
- c) **Análises de viabilidade e promoção de serviços terciários** como a educação e o agroturismo;
- d) **Desenvolvimento de cadeias de recolha, armazenamento, transformação e valorização dos produtos;**



- e) **Apoio a consórcios entre produtores** para o desenvolvimento de cadeias integradas, inclusive para a compra de insumos e equipamentos, a valorização e comercialização dos produtos. Incluindo também a melhoria dos padrões de qualidade e dos procedimentos de rastreabilidade e certificação.

**As áreas temáticas descritas até agora não podem ser separadas das comunidades alimentares que geram e nutrem processos transformadores de transição agroecológica.**

Estas áreas incluem mulheres, homens e jovens, bem como pessoas vulneráveis ou pertencentes a grupos sociais marginalizados, como migrantes e pessoas com deficiência. O envolvimento destes grupos diversificado de partes interessadas é um pré-requisito fundamental para uma abordagem que apoie a coesão social dentro de uma visão de inclusão, equidade e justiça. Neste contexto, focar e valorizar o papel das mulheres e dos jovens fortalece a sociedade como um todo e apoia processos transformadores mais sustentáveis e resilientes.

### 3.5 As Mulheres

Na África Ocidental, **o papel das mulheres é central na produção alimentar, na proteção do ambiente e nas economias rurais**. Apesar disso, continuam amplamente excluídas dos processos de tomada de decisão - espaços essenciais para que práticas, visões e necessidades se tornem visíveis - num contexto em que os seus direitos nem sempre são reconhecidos e são frequentemente violados.

**Enquanto produtoras agrícolas, são maioritárias, mas constituem o grupo social a quem o acesso à terra é mais vezes negado.** As mulheres desempenham um papel estratégico na soberania alimentar e na nutrição das famílias, mas esta economia da vida não é reconhecida nas políticas públicas, que ainda revelam dificuldade em libertar-se de modelos patriarcais e de desigualdades de género. Por isso, **valorizar a contribuição das mulheres para a transição agroecológica deve caminhar a par do pleno reconhecimento dos seus direitos.**

Perante estes desafios, a Agroecologia pode, uma vez mais, oferecer uma resposta integrada, articulando percursos complementares de emancipação social, económica e política, através das seguintes **linhas de ação**:



- a) **Promover sujeitos coletivos e espaços públicos para as mulheres**, capazes de sustentar novas visões e práticas agroecológicas e de manter atenção constante sobre os seus direitos;
- b) **Desenvolver atividades geradoras de rendimento e iniciativas económicas nos grupos de mulheres**, incluindo alfabetização, apoio a atividades de produção, conservação, transformação, comercialização, gestão de empresa e poupança;
- c) **Apoiar iniciativas de advocacy** destinadas a modificar políticas públicas em matéria de direitos e representação das mulheres e raparigas;
- d) **Desenvolver a representação das mulheres** nas organizações camponesas, nas instituições e nas comissões fundiárias;
- e) **Remover obstáculos que dificultam o acesso a recursos**, em particular à terra.

### 3.6 Os Jovens

**Reconhecer as expectativas, os direitos e o papel das jovens mulheres e dos jovens homens é o primeiro passo para combater a emigração das áreas rurais**, provocada pela falta de oportunidades de emprego e pelo acesso limitado a recursos produtivos. Como sublinha a ROPPA<sup>22</sup>, é antes de mais necessário compreender quais são as aspirações dos jovens para poder apoiá-los, formá-los, acompanhá-los e consolidar os seus projetos, com o objetivo de garantir trabalho e rendimento dignos. Para facilitar a renovação geracional, é também essencial promover processos de concertação no seio das famílias, das comunidades, das organizações da sociedade civil e das administrações públicas, ao mesmo tempo que se **favorece a criação de empregos e atividades geradoras de rendimento baseadas num desenvolvimento global de capacidades e competências**.

A Agroecologia pode contribuir de forma determinante para estes processos através das seguintes **linhas de ação**:

- a) **Desenvolver competências**, através de formação e acompanhamento técnico em Agroecologia e gestão de empresa, bem como por serviços de apoio à Agroecologia (ver secção 3.4);
- b) **Criar empregos** em projetos agro-silvo-pastoris e nos serviços de apoio à Agroecologia, garantindo condições de trabalho dignas;



- c) Promover o acesso a recursos naturais e tecnológicos e a canais de financiamento dedicados;
- d) Desenvolver quadros de concertação entre grupos de jovens e apoiar ações de advocacy junto das administrações locais.

## 4. PROGRAMAS, ACTORES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As organizações signatárias deste documento, juntamente com inúmeros movimentos camponeses e ativistas em todo o mundo, **exigem há muito tempo a conversão de um modelo de desenvolvimento insustentável que, também na África Ocidental, é responsável por uma crise sistémica extremamente grave.** Esta crise corre o risco de se agravar na ausência de uma mudança de rumo profunda e substancial, capaz de desencadear uma transição ecológica e social em que cada ator possa dar o seu contributo e em que seja plenamente reconhecido o papel do “espaço público” situado entre o Estado e o mercado, animado pela sociedade civil.

As organizações signatárias comprometem-se, por isso, a sustentar este processo a partir das suas práticas quotidianas e dos seus projetos, reforçando a coordenação das intervenções e colocando à disposição os seus recursos e conhecimentos, também fruto de uma longa e frutífera experiência de colaboração com todo o “Sistema Itália” da cooperação internacional.

### 4.1 A evolução do “Sistema Itália” da cooperação: oportunidades, limites e contradições

O contexto do “Sistema Itália” da cooperação está em rápida evolução. Destacam-se, em particular, duas novidades:

- **O Plano Mattei**, que visa renovar as relações com a África através de novas iniciativas de política externa não limitadas ao contexto mediterrânico, apoiadas por uma crescente consciência da relevância estratégica de todo o continente.



- **A adesão da Itália à Agroecology Coalition e o compromisso da AICS em garantir a coerência dos programas com os 13 Princípios da Agroecologia do HLPE<sup>23</sup>**, que testemunham um reconhecimento crescente do papel da Agroecologia e abrem caminho a uma maior consideração desta nas políticas e na alocação de recursos.

**Perante estas novidades, os financiamentos disponíveis e as iniciativas atualmente em curso não <sup>24</sup> parecem, contudo, responder à urgência e à necessidade de mudança requeridas para garantir a segurança alimentar<sup>25</sup> e a transição agroecológica<sup>26</sup>.** As medidas adotadas nos quadros bilaterais e multilaterais em matéria de nutrição, agricultura e agroindústria revelam também uma estratégia ainda em definição, marcada por elementos contraditórios.

A orientação definida no Documento Trienal de Programação e de Orientação 2024–2026 (DTPI) do MAECI<sup>27</sup> e, ainda mais, no Plano Mattei, inclui prioridades de mobilização do setor privado e dos investimentos que exigem necessariamente dispositivos adequados de controlo e monitorização do respeito pelos direitos humanos, da governação local e da participação dos atores locais, em primeiro lugar as organizações camponesas.

A abordagem do Plano Mattei parece, em particular, concentrar-se sobretudo em grandes investimentos infraestruturais e em parcerias público-privadas, com o risco de marginalizar as economias locais, as cadeias produtivas territoriais e os sistemas de uso comum dos recursos naturais, que constituem uma componente vital do tecido socioeconómico africano. No desenvolvimento futuro do Plano Mattei será essencial garantir uma abordagem que reconheça e valorize as formas comunitárias de gestão da terra e dos recursos, que promova cadeias de valor locais e inclusivas e que apoie os mercados territoriais africanos como atores fundamentais de uma cooperação verdadeiramente equitativa e sustentável.

**O Plano Trienal de Orientação — DTPI 2024–2026 reafirma a atenção dedicada à África pela cooperação italiana, tanto através do financiamento de projetos promovidos e de outras intervenções geridas localmente, como através da orientação de fundos destinados a empresas que operam em África<sup>28</sup>. Esta ação inscreve-se também num quadro de coordenação com a União Europeia, através de iniciativas como o **Global Gateway** (alvo de críticas relevantes por parte da Concord e de outras redes da sociedade civil)<sup>29</sup>, bem como pela colaboração com organizações multilaterais e agências das Nações Unidas.**



Embora em 2022 a AICS tenha assinado a Declaração de Compromisso aderindo à Coalizão das Nações Unidas para a transformação dos sistemas alimentares através da Agroecologia (Agroecology Coalition) e nela participe ativamente<sup>30</sup>, **o DTPI não contém qualquer referência explícita à Agroecologia.** Uma omissão difícil de explicar num documento de orientação que reconhece a agricultura e a segurança alimentar, garantidas por “sistemas alimentares sustentáveis”, como prioridades da cooperação italiana, considerando tanto as dimensões sociais - rendimento digno para pequenos produtores e outros atores do setor, oferta de alimentos saudáveis, nutritivos e em quantidade suficiente - como as ambientais - proteção da biodiversidade e dos recursos naturais.

**Na nossa opinião, um diálogo estruturado entre instituições e sociedade civil é fundamental para superar estas contradições e os limites de uma abordagem excessivamente transacional da cooperação internacional,** e para consolidar os compromissos já assumidos pelo MAECI no quadro da *Global Partnership for Effective Development Cooperation*<sup>31</sup>.

Estes compromissos devem ser adaptados ao contexto em mudança, apoiando trajetórias que valorizem a governação local e garantam uma gestão transparente dos recursos, no quadro de um sistema de cooperação pluralista e eficaz, coerente com os objetivos da **Agenda 2030**. Devem ainda orientar-se para modelos de desenvolvimento que garantam aos agricultores acesso à terra e aos recursos locais, no reconhecimento de que o alimento não é apenas uma mercadoria.

**Neste quadro de referência, com sentido de urgência e numa perspectiva de valorização de todo o “Sistema Itália”, propomos abrir um diálogo com vista à estruturação de programas integrados à escala regional.** Estes poderiam ser concebidos como programas multi-país ou como programas nacionais inseridos numa estratégia regional inclusiva, abrangendo tanto os países prioritários para a AICS (Burkina Faso, Níger, Mali, Guiné-Conacri e Senegal) como outros países da África Ocidental, como o Gâmbia, a Guiné-Bissau e, numa fase posterior, o Benim e o Togo. **Estes programas plurianuais, idealmente com duração de quatro anos, com possibilidade de renovação e alargamento,** constituem, do nosso ponto de vista, uma ferramenta-chave para favorecer a maturação da agregação entre os diferentes atores envolvidos no apoio à transição agroecológica: movimentos camponeses, institutos de investigação, ONG, redes da sociedade civil, diáspora, empresas, autarquias, fundações e agências de cooperação internacional.



#### 4.2 Acelerar a transição agroecológica desenvolvendo linhas de trabalho prioritárias

Paralelamente, consideramos fundamental valorizar e desenvolver as seguintes linhas de trabalho, já iniciadas sobre aspetos prioritários da transição agroecológica, e caracterizadas por uma interação e colaboração crescente entre uma pluralidade de atores-chave do “Sistema Itália” e os seus parceiros africanos.

##### *Integração das temáticas ambientais*

Para garantir uma integração eficaz e completa das temáticas ambientais nos programas de transição agroecológica (como a proteção do ambiente, a multifuncionalidade ou o armazenamento de carbono), é necessário reforçar e desenvolver a colaboração com agências especializadas, portadoras de competências específicas, a começar pelo Ministério do Ambiente e por outros atores envolvidos na transição energética.

##### *Investigação e inovação*

**A atenção dedicada à investigação e à inovação deve ser melhor integrada**, não só a nível nacional com o sistema do Ministério da Universidade e da Investigação (MUR), mas também com os atores da cooperação multilateral (FAO, IFAD) e intergovernamental, como o CIHEAM e a ABC (Alliance Bioversity International–CIAT). Isto passa pela integração de recursos italianos e europeus em programas regionais, reforçando os vínculos com a investigação-ação e a formação transformadora em Agroecologia.

##### *Recursos genéticos*

É necessário relançar, envolvendo de forma mais ampla e eficaz os parceiros da África Ocidental, a colaboração com instituições internacionais e organizações que promovem a implementação do Tratado da FAO (**Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura — ITPGRFA**), com vista à conservação, uso sustentável e partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes dos recursos genéticos vegetais para a alimentação e a agricultura.

##### *Interconexão áreas rurais – áreas urbanas*

Os sistemas de interconexão rural-urbano, enquadrados nos sistemas alimentares sustentáveis, exigem atenção específica para construir políticas e instrumentos inovadores capazes de responder aos desafios do desenvolvimento equitativo e sustentável. Isto implica reforçar a ligação entre produção, transformação e consumo, **valorizando mercados territoriais e políticas públicas do alimento**, reduzindo ao mesmo tempo perdas e desperdícios.



Neste quadro, o **Milan Urban Food Policy Pact (MUFPP)** representa uma referência importante para promover políticas **que reconhecem o alimento como direito humano fundamental**.

Muitas cidades da África Ocidental — incluindo Dakar, Ziguinchor, Niamey, Agadez, Ouagadougou, Bobo Dioulasso, Abidjan e Bissau — aderiram ao MUFPP, iniciando processos inclusivos e caminhos de governança mais sustentáveis, também graças ao apoio das organizações da Azione TerrÆ. Nesses contextos, o compromisso com políticas urbanas sustentáveis oferece um terreno fértil para promover a **transição agroecológica**, fortalecer as relações urbano-rurais, valorizar o conhecimento e as práticas locais e abordar questões críticas como pobreza, saúde, planejamento do uso da terra, resíduos e qualidade dos produtos.



#### 4.3 Propostas de programas para a transição agroecológica

- Implementação de **novos programas para a transição agroecológica** do sistema de cooperação italiano com OSCs e atores da cooperação multilateral e intergovernamental para Programas Nacionais e Regionais
- Definição de um **programa interministerial (AICS e Ministério do Meio Ambiente)** em áreas de alta vulnerabilidade e interesse ambiental, para apoiar os sistemas pastoris e a valorização dos recursos pesqueiros marinhos, no Golfo da Guiné, e fluviais, no âmbito do compromisso da Itália com o combate à desertificação e a cooperação bilateral na área ambiental.
- Estruturação de uma **iniciativa italiana para a agroecologia no âmbito da cooperação europeia**, em particular no pilar da agricultura da Aliança África-Europa, em conformidade com a Estratégia Abrangente da UE para a África.
- **Ainda a nível europeu, destaca-se a ativação da cooperação delegada e dos instrumentos multilaterais**, com particular referência à nova programação do Pacto Ecológico Europeu, à Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, às Finanças Sustentáveis, ao Plano de Investimento Externo em África e ao Plano de Ação para a Economia Circular, que tem a alimentação como setor prioritário
- Apoio a programas de cooperação **em inovação com foco em formação, investigação-ação e cooperação universitária na África Ocidental**, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional (MAECI), do Ministério da Educação, Universidades e Investigação (MIUR), do CIHEAM, da FAO e da Azione TerrÆ, a serem expandidos com formação agroecológica específica para agricultores, técnicos e trabalhadores de cooperação. Os programas de cooperação em inovação ajudam a criar sinergias com outros atores e iniciativas europeias existentes em temas transdisciplinares, alavancando todos os instrumentos financeiros disponíveis, como o novo programa-quadro para a investigação e o desenvolvimento tecnológico (Horizon Europe).



## 5. CONCLUSÃO

A crise profunda que atravessa a África Ocidental exige **respostas urgentes e coordenadas**, capazes de sustentar trajetórias de transformação ecológica e social e de construir sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e inclusivos.

Com este documento, a Azione TerrÆ exorta o sistema italiano e seus parceiros internacionais a assumirem uma clara responsabilidade política: apoiar a transição agroecológica como uma escolha estrutural, reconhecendo o direito das populações africanas a sistemas alimentares autônomos, sustentáveis e baseados em recursos. É hora de ir além de abordagens transacionais, fragmentadas ou priorizadas externamente e, em vez disso, investir em políticas públicas, pesquisa, governança local e mercados regionais capazes de gerar desenvolvimento, coesão social e justiça.

Somente por meio de um compromisso coordenado, multifacetado e de longo prazo será possível sustentar processos de desenvolvimento capazes de responder à complexidade da crise e construir perspectivas concretas para as gerações presentes e futuras.



## BIBLIOGRAFIA

- **Um cenário de crise**
- Casola C. (2018) Counterterrorism in Africa: Obama e la lotta al terrorismo nel Sahara-Sahel. Afriche e orienti. Anno XX, numero 1-2
- Kwasi S., Cilliers J., Donnenfeld Z., Welborn L. and Maïga I. (2019) Prospects for the G5 Sahel countries to 2040. West Africa Report 25. Institute for Security Studies.
- *OECD (2017) The Sahel and West Africa Club. Working together for regional integration 2017-18. OECD, Paris. Vedi: <https://www.oecd.org/swac/SWAC-brochure-2017-2018.pdf>. Ultimo accesso 13.10.2020*
- UNDESA (2017) World population prospects: The 2017 revision. Key Findings and Advance Tables. United Nations, New York (US).
- UNDESA (2019) World population prospects 2019: Highlights. United Nations, New York (US).

### 1. As respostas da Agroecologia

- IPES (2020) COVID-19 and the crisis in food systems: Symptoms, causes, and potential solutions. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems.
- IPES-Food, (2020). The added value(s) of agroecology: Unlocking the potential for transition in West Africa.
- Pretty, J. N. (2016) Sustainable Intensification: Efficiency, Substitution and Redesign. <http://sirn.org.uk/2016/11/16/sustainable-intensification-efficiency-substitution-andredesign/>
- Padel S, Rubinstein O, Woolford A, Egan J, Leake A, Levidow L, Pearce B, Lampkin N (2017) Transitions to Agroecological Systems: Farmers' Experience. A Report for the Landuse Policy Group. Organic Research Centre and Game & Wildlife Conservation Trust. Newbury and Fordingbridge.
- HLPE (2019) Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome.

### 2. Temas estratégicos e linhas de ação

- CEDAW (2016) General recommendation No. 34 on the rights of rural women. United Nations, New York (US).
- CILSS, FAO, FEWSNET, WFP (2010) Commerce Transfrontalier et Sécurité Alimentaire en Afrique de l'Ouest Cas du Bassin Ouest : Gambie, Guinée-Bissau, Guinée, Mali, Mauritanie, Sénégal. Vedi: [http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/emergencies/docs/wa\\_rapport\\_bassin\\_ouest.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/emergencies/docs/wa_rapport_bassin_ouest.pdf). Ultimo accesso 13.10.2020.
- Félix, G., Diedhiou, I., Le Garff, M., Timmermann, C., Clermont-Dauphin, C., Cournac, L., Groot, J. and Titonell, P., (2018). Use and management of biodiversity by smallholder farmers in semi-arid West Africa. *Global Food Security*, 18, pp.76-85.
- Félix, G., Scholberg, J., Clermont-Dauphin, C., Cournac, L. and Titonell, P., (2018). Enhancing agroecosystem productivity with woody perennials in semi-arid West Africa. A meta-analysis. *Agronomy for Sustainable Development*, 38(6).

- Lahmar, R., Bationo, B., Dan Lamso, N., Guéro, Y. and Tittonell, P., (2012). Tailoring conservation agriculture technologies to West Africa semi-arid zones: Building on traditional local practices for soil restoration. *Field Crops Research*, 132, pp.158-167
- Levard, L. and Mathieu, B. (2018). Agroécologie : capitalisation d'expériences en Afrique de l'Ouest. Facteurs favorables et limitants au développement de pratiques agroécologiques évaluation des effets socio-économiques et agro-environnementaux. Edit. Gret, AVSF. Accessibile a: <https://www.gret.org/publication/agroecologie-capitalisation-dexperiences-afrique-de-louest/>
- Kay S. (s.d.) Connecting Smallholders to Markets, an Analytical Guide. International CSM
- Observatoire Régional Des Exploitations Familiales OEF/ROPPA (2017) Synthèse et Conclusions Du Premier Rapport De l'OEF/Roppa. Ouagadougou, Burkina Faso. Vedi: <https://www.ipar.sn/rapport-sur-l-OBSERVATOIRE-REGIONAL-DES-EXPLOITATIONS-FAMILIALES-OEF-ROPPA.html?lang=fr>. Ultimo accesso: 13.10.2020.
- Padulosi, S., Thompson, J., Rudebjer, P. (2013). Fighting poverty, hunger and malnutrition with neglected and underutilized species (NUS): needs, challenges and the way forward. Bioersivity International, Rome.
- ROPPA (2019). Stratégie Régionale D'insertion / Installation Des Jeunes Dans Le Secteur Agro-Sylvo-Pastoral Et Halieutique 2019-2023" Accessibile a : [http://roppa-afrique.org/IMG/pdf/roppa\\_-\\_strategie\\_emploi\\_jeunes-3bdef.pdf](http://roppa-afrique.org/IMG/pdf/roppa_-_strategie_emploi_jeunes-3bdef.pdf)
- Sawadogo K., Sartor G., Lenarduzzi W. (s.d.) Quel accompagnement des producteurs pour réussir la transition agro écologique? De la pratique à un démarche
- Tapsoba, P., Aoudji, A., Kabore, M., Kestemont, M., Legay, C. and Achigan-Dako, E., (2020). Sociotechnical Context and Agroecological Transition for Smallholder Farms in Benin and Burkina Faso. *Agronomy*, 10(9), p.1447.
- World Health Organization and Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (2015) Connecting Global Priorities: Biodiversity and Human Health, a State of Knowledge Review. World Health Organization, Genève and Montréal
- Weltzien, E., Rattunde, H. F. W., Van Mourik, T. A., & Ajeigbe, H. A. (2018) Sorghum cultivation and improvement in West and Central Africa. From: Rooney, W. (ed.), Achieving sustainable cultivation of sorghum Volume 2: Sorghum utilization around the world, Burleigh Dodds Science Publishing, Cambridge, UK

### 3. Os programas, os intervenientes, os instrumentos financeiros

- Biovision Foundation for Ecological Development & IPES-Food. (2020) Money Flows: What is holding back investment in agroecological research for Africa? Biovision Foundation for Ecological Development & International Panel of Experts on Sustainable Food Systems
- Dansero, E. (2013) Mulheres, Terras e Mercados. Repensando o Desenvolvimento Rural na África Subsaariana. CLEUP SC "Coop.Libreria Editrice Università di Padova", Pádua
- CIDSE (2020): Financiamento para a agroecologia: mais do que um sonho? Uma avaliação das contribuições das instituições europeias e internacionais para a transformação do sistema alimentar



## NOTAS

<sup>1</sup> Mali, Burkina Faso e Níger formalizaram sua saída da CEDEAO para criar a Aliança dos Estados do Sahel (AES), com o objetivo de fortalecer sua autonomia política, econômica e militar.

<sup>2</sup> Redução da participação da França, do Reino Unido e dos Estados Unidos, com aumento da participação da China, da Rússia, da Itália e da União Europeia, num contexto de incertezas relacionadas ao confronto com a Rússia (<https://legrandcontinent.eu/fr/2025/02/02/le-nouveau-partage-de-lafrique-10-configurations-pour-2025/> - [https://www.oecd.org/fr/publications/reductions-de-l-aide-publique-au-developpement\\_811056e3-fr/full-report.html](https://www.oecd.org/fr/publications/reductions-de-l-aide-publique-au-developpement_811056e3-fr/full-report.html))

<sup>3</sup> <https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/2024-PGII-Joint-Action-Proposal.pdf>

<sup>4</sup> <https://www.ispionline.it/en/publication/how-the-eus-global-gateway-shifted-from-development-to-geostrategic-interest-211706>

<sup>5</sup> <https://concordeurope.org/2024/05/24/you-cannot-reach-the-poorest-if-you-dont-know-who-they-are-new-research-finds-global-gateway-projects-currently-lacking-ambition-regarding-inequality-reduction-in-partner-c/>

<sup>6</sup> Diversos países da África Ocidental estão entre os principais produtores mundiais de produtos agrícolas (AUC/OCDE, 2019). Embora a África Ocidental seja uma das principais exportadoras de produtos alimentícios primários para países não africanos, a região importa uma parcela significativa de produtos processados desses países (AUC/OCDE, 2023). “Dinâmica do Desenvolvimento Africano 2023: Investindo no Desenvolvimento Sustentável”, OCDE Publishing, Paris,, <https://doi.org/10.1787/88bbaef0-it>.

### 1. As respostas da agroecologia

<sup>7</sup> Nessa visão, a saúde, inserida na abordagem "Uma Só Saúde" (saúde do solo, das plantas, dos animais e dos seres humanos), ocupa um papel central.

<sup>8</sup> <https://link.springer.com/article/10.1007/s13593-024-00945-9#citeas>

<sup>9</sup> IPES-Food, 2022. Smoke and Mirrors: Examining competing framings of food system sustainability: agroecology, regenerative agriculture, and nature-based solutions (<https://ipes-food.org/img/upload/files/SmokeAndMirrors.pdf>)

<sup>10</sup> A ROPPA foi fundada em 2000 em Cotonou. É uma rede de organizações de camponeses e produtores que atualmente coordena os esforços de 15 plataformas nacionais na África Ocidental: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Senegal, Serra Leoa, Togo, Cabo Verde e Nigéria (<https://roppa-afrique.org/>).

<sup>11</sup> A plataforma 3AO foi criada durante uma reunião organizada em agosto de 2018 em conjunto pela ROPPA e pela IPES-Food (rede internacional de especialistas em sistemas alimentares sustentáveis), na qual participaram 31 organizações nacionais, regionais e internacionais, e durante a qual foram definidos os objetivos e elaborado o plano de ação da aliança nascente ([https://ipes-food.org/wp-content/uploads/2024/03/3AObrochure\\_EN.pdf](https://ipes-food.org/wp-content/uploads/2024/03/3AObrochure_EN.pdf)).



<sup>12</sup> <https://azioneterrae.com/cosa-facciamo/>

<sup>13</sup> <https://azioneterrae.com/online-i-risultati-della-mappatura-delle-buone-pratiche-di-transizione-agroecologica/>

<sup>14</sup> [https://azioneterrae.com/wp-content/uploads/2025/12/BrochureA5\\_AzioneTerraE\\_DEF.pdf](https://azioneterrae.com/wp-content/uploads/2025/12/BrochureA5_AzioneTerraE_DEF.pdf)

## 2. Temas estratégicos e linhas de ação

<sup>15</sup> As Diretrizes Voluntárias para a Gestão Responsável da Posse da Terra representam uma ferramenta valiosa para apoiar os formuladores de políticas no desenvolvimento de estratégias, políticas e atividades para implementar o direito à alimentação e à equidade.

<sup>16</sup> Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura (<https://www.mase.gov.it/portale/trattato-internazionale-sulle-risorse-fitogenetiche-per-l-alimentazione-e-l-agricoltura>)

<sup>17</sup> As sementes cultivadas localmente, no Sahel como em outros lugares, representam o legado do extenso melhoramento genético camponês e o resultado da coevolução entre espécies vegetais e agroecossistemas. Altamente adaptadas às condições de solo e clima, elas constituem um recurso essencial de **biodiversidade genética**, crucial em condições de crescente variabilidade climática. Por exemplo, em algumas aldeias do Mali e de Burkina Faso, são cultivadas até **25 variedades diferentes de sorgo**. Essas sementes atendem às necessidades nutricionais das comunidades, apoiam as tradições locais e representam um patrimônio cultural e biológico de valor inestimável..

<sup>18</sup> As Casas Comunitárias de Sementes (CCS), estabelecidas em várias partes do mundo desde a década de 1980, assumem diversas formas e funções, mas compartilham o objetivo de combater a perda da agrobiodiversidade e facilitar o acesso a sementes locais indisponíveis no mercado. Frequentemente baseadas em modelos participativos, elas também desempenham um papel significativo na Europa para a conservação e o uso sustentável de recursos genéticos vegetais, especialmente onde o acesso a bancos de germoplasma é limitado. As CCS podem ser centralizadas ou descentralizadas, conservando sementes ou cultivando coleções de sementes, e são gerenciadas por comunidades organizadas em redes informais ou entidades jurídicas. Elas pertencem ao sistema informal de sementes e não fazem parte dos setores público ou comercial. As comunidades definem regras compartilhadas para o acesso a sementes, conhecimento e informação, moldando uma cultura e identidade específicas.

<sup>19</sup> <https://alliancebioiversityciat.org/publications-data/fighting-poverty-hunger-and-malnutrition-neglected-and-underutilized-species>

<sup>20</sup> As recomendações “Conectando os Pequenos Produtores aos Mercados”, aprovadas pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA) em 2016, reconhecem que os mercados definidos como “territoriais”, embora ignorados pela maioria das análises e estatísticas existentes, são um componente essencial para a segurança alimentar nos países do Sul Global, e em particular na África Ocidental. ([http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/10/ENG-ConnectingSmallholdersToMarkets\\_web.pdf](http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2016/10/ENG-ConnectingSmallholdersToMarkets_web.pdf)).



<sup>21</sup> O Observatório de Empresas Familiares (EFs), promovido pela ROPPA, coleta e organiza informações sobre sua estrutura e funcionamento, fornecendo às Plataformas Nacionais um banco de dados para ações de advocacy e monitoramento de políticas. Ao mesmo tempo, permite que as EFs analisem suas demonstrações financeiras, compreendam suas fontes de receita e custos e direcionem melhor suas intervenções.

<sup>22</sup> “Estratégia regional para a inserção/integração de jovens no setor agro-silvo-pastoril e de saúde 2019-2023”, em <https://it.scribd.com/document/880263423/Roppa-Strategie-Emploi-Jeunes-3bdef>

### 3. Os programas, os intervenientes, os instrumentos financeiros

<sup>23</sup> High Level Panel of Expert on Food Security and Nutrition – FAO.

<sup>24</sup> <https://documenti.camera.it/leg19/dossier/pdf/ES0252.pdf>

<sup>25</sup> <https://www.parlamento.it/application/xmanager/projects/parlamento/file/repository/affariinternazionali/osservatorio/approfondimenti/PI0211.pdf>

<sup>26</sup> “Abundância de dinheiro: o que está impedindo os investimentos em pesquisa agroecológica na África?”, IPES\_FOOD, abril de 2020

<sup>27</sup> <https://www.info-cooperazione.it/wp-content/uploads/2025/02/0245.pdf>

<sup>28</sup> <https://www.simest.it/per-le-imprese/finanziamenti-agevolati/finanziamenti-agevolati-internazionalizzazione/potenziamento-mercati-africani/>

<sup>29</sup> Para uma análise crítica do Global Gateway, consulte: CONCORD, Compreendendo o Global Gateway da UE: Por que a sociedade civil deve prestar atenção (setembro de 2025) <https://concordeurope.org/2025/09/16/understanding-the-eus-global-gateway-why-civil-society-must-pay-attention/>; e “Uma porta de entrada para a igualdade? Perspectivas de El Salvador e Lesoto sobre o combate às desigualdades nos programas Global Gateway da União Europeia” (maio de 2024) <https://concordeurope.org/resource/a-gateway-to-equality-insights-from-el-salvador-and-lesotho-on-tackling-inequalities-in-the-european-unions-global-gateway-programmes/>

<sup>30</sup> <https://www.aics.gov.it/settori-di-intervento/sviluppo-rurale-e-sicurezza-alimentare/agroecologia/>

<sup>31</sup> <https://www.effectivecooperation.org/book-page/2030-pact-effective-development-co-operation>

